

1ª REUNIÃO INTERCÂMARAS DA CÂMARA TÉCNICA DE CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE – CT-Bio

No dia dezesseis de março de 2023, às nove horas, por meio de videoconferência teve início a **1ª REUNIÃO INTERCÂMARAS DA CÂMARA TÉCNICA DE CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE - CT-BIO/CIF**, por diretrizes definidas pelo Comitê Interfederativo – CIF, por força do Termo de Transação e Ajustamento de Conduta entre a União, Estados de Minas Gerais e Espírito Santo, autarquias federais e estaduais e com a SAMARCO Mineração S.A., VALE e BHP BILLITON BRASIL LTDA – TERMO, no âmbito da Ação Civil Pública nº 69758-61.2015.4.01.3400.

Da lista de presença, registro: Adelino Ribeiro (IEMA/ES), Agnis (Prefeitura de Linhares), Alecia Nathana Motta Cunha (SEDESE), Alessandra Jardim de Souza (CT-SHQA), Allyne Mayumi Rodolfo - Base Avançada do Centro Tamar em Caravelas/BA (ICMBio), Thales Altoé (CT-GRSA/IEMA), Amanda Rubin (Flacso), Ana Claudia Machado Botelho Lutfy (SEPLAG), Ana Flávia Ferreira Mársico (Machado Meyer Advogados), Ana Laura de Castro Aragão (SEPLAG), Anderson Almeida Pacheco (Manejo de Rejeitos – Fundação Renova), Anderson Jesus (CT-GRSA), Andréia Dias (Biodiversidade da Fundação Renova), Andreza Malini (Biodiversidade da Fundação Renova), Andreza Malini Gonçalves, Anna Tristão (CT-ECLET), Bárbara Jardim (Fundação Renova), Bruna Boroni de Paiva (SEPLAG), Carina Tostes Abreu (ICMBio), Caroline Braga (Flacso), Claudia Araujo Silva (SECEX/CIF), Cláudia Laureth (Flacso), Cristiano Pereira (Biodiversidade da Fundação Renova), Daniela Costa (Diretora do Departamento de Meio Ambiente de Aimorés), Reginaldo Nascimento Leal (Advogado procurador da Comissão de Atingidos de Caravelas e Prado), Eduardo Perini (Equipe Biodiversidade IEMA/ES), Eliane (comissão municipal Linhares), Emília Brito (IEMA), Eneas (Conceição da Barra), Fadima Augusto (IEMA/ES), Frederico Andrade Carnier (Machado Meyer Advogados), Gabriela Queiroz Barros (Advogada procuradora da comissão de Atingidos de Caravelas e Nova Viçosa), Gabriella Pizetta (Centro Tamar/ICMBio), Gilberto Fialho Moreira (Feam/CT-GRSA), Giovana Cristiane dos Santos Villar (Governança Externa - Fundação Renova), Glaucia Fidelis (Biodiversidade da Fundação Renova), Gustavo Almada (IBAMA-ES), Hana Dalila Fernandes (Manejo de Rejeitos – Fundação Renova), Hermes Daros (Equipe Biodiversidade IEMA/ES), Hugo Tofoli (CTEI), Ian Sager (SEPLAG), Ikary Nascimento (SEMAD MG- CTSHQA), Isabella Guerrero (Jurídico da Fundação Renova), Jadilson Lino De Oliveira Gomes (Comissão Quilombola de Degredo- ES/CIF), Janaina Aguiar (IEF), Jânio Oliveira Coutinho (SECEX/CIF), Jessica Zon (CT-Rejeitos), João Carlos Alciati Thome (ICMBio), João Paste (CT-PDCS), Joeci Lopes Miranda (Comissão de atingidos de Aracruz-ES), José Maurício (Comissão de atingidos de Rio Doce), Josival da Silva Costa (Comissão de Atingidos do extremo sul da Bahia cidade Nova Viçosa e região), Juliana Pereira Louzada Valory, Juliano Barbirato (IEMA/ES), Junio Augusto Dos Santos Silva (IBAMA), Júnior Loss (SEPLAG), Kante Lúcio Xavier, Karina Nunes dos Santos (ICMBio), Kledison Ramos, Laila Carine Campos Medeiros (Fundação Renova), Larissa Simões (IEMA/ES), Leandro Fernandes Antonio Santos, Leticia de Moraes (Biodiversidade da Fundação Renova), Leticia De Moraes, Liberina (Representante de atingidos de Vitória), Lorena Fernandes Gontijo (SEPLAG), Luciane Lince (ARSAE MG – CTSHQA), Luiz Carlos Peixoto, Luiz Fernando Prado de Miranda (CT-SAÚDE), Marcello Lourenco (ICMBio), Márcio Freitas (SECEX-ES/SEAMA), Maria Regina Goncalves de Souza Soranna (ICMBio), Marina Ocacina da Mata Sacramento (SEPLAG), Matheus Faraci Moreira (SEPLAG), Melina Marsaro Alencar (Fundação Renova), Moara Menta Giasson (SECEX/CIF), Pablo Crozetta Teixeira, Patrick Hemaidam (Equipe Biodiversidade IEMA/ES), Paula Moraes Pereira, Pedro Guilherme de Souza Bicalho Brandão (SEPLAG), Regina (SECEX-ES/SEAMA), Roberto Castro (Jurídico da Fundação Renova), Roberto Coelho Diniz Lopes de Sousa (IEF), Roberto Laperriere (SESA/ES e CT-Saúde), Roberto Scacchetti (Machado Meyer Advogados), Rodrigo Daniel De Magalhaes Gomes Pontes (Fundação Renova), Rodrigo de Macedo Mello (AGERH/ES), Rodrigo Pontes Ribeiro (Governança Externa Fundação Renova), Rosangela Casotti, Thaynara Bandeira Chagas, Thiago Lopes (Advogado procurador da comissão de atingidos de Caravelas), Thiago Paiva (Flacso), Vanessa Miranda Lacerda (SEPLAG) e Vanessa Queiroz (Biodiversidade da Fundação Renova).

1. Pauta única - Possível influência na região do sul da Bahia decorrente ao EVENTO, como definido no inciso I, da Cláusula 01, do TTAC.

Pauta	Discussão
<p>1.1 Discussão:</p>	<p>Item “1”: João Carlos Alciati Thome (ICMBio) iniciou a reunião e solicitou uma rodada de apresentação dos presentes, conforme constam listados neste documento.</p> <p>Item “2”: João Carlos Alciati Thome (ICMBio) fez breve contextualização do referente Desastre Ambiental em Mariana/MG, em 05/11/2015, onde os seguintes órgãos ambientais e universidades se uniram para monitorar os impactos decorrentes do EVENTO: IEMA/ES –</p>

IBAMA - ICMBio – Universidades, Marinha e Secretarias Municipais de Meio Ambiente. Prosseguindo, apresentou dados técnicos de produção e estudos da CT-BIO e dos demais os órgãos ambientais que vem fazendo esse monitoramento desde 2015.

Destaques para as principais conclusões:

Significativa influência da foz do rio Doce como fonte de metais, tanto na região da foz quanto ao norte e ao sul da foz deste rio, nos níveis e padrões de distribuição de metais na região estudada, sobretudo nos primeiros meses após a chegada da onda de lama na foz do rio Doce, com uma distribuição mais homogênea ao longo da costa do Espírito Santo e sul da Bahia após estes quase oito anos do rompimento da barragem;

Contaminação da água com metais acima dos limites permitidos pela Resolução CONAMA 357, inclusive em áreas de conservação, especialmente nos primeiros meses após o rompimento da barragem de rejeitos;

Padrões espaciais distintos dos níveis de contaminação analisados na extensão da área afetada pela pluma de rejeitos, sendo significativo o aumento da contaminação na água e na biota para todos os metais analisados (arsênio, cádmio, chumbo, cobre, cromo, ferro e manganês), especialmente nos primeiros meses após o desastre com a barragem, com os níveis mais elevados de contaminação sendo observados, de forma geral, na foz do rio Doce e nas regiões adjacentes ao norte e ao sul da foz deste rio;

Padrões temporais distintos, os maiores níveis de contaminação na biota observados nos primeiros meses após o rompimento da barragem de rejeitos (janeiro – abril/2016) e na última expedição realizada (fevereiro/2018), evidenciando a significativa influência dos eventos meteorológicos associados ao período de inverno na região estudada;

Acumulação significativa de metais tóxicos na base da cadeia trófica (zooplâncton), inclusive em Unidades de Conservação e Áreas de Proteção Ambiental, com efeito biológico significativo dos metais acumulados, tanto no zooplâncton quanto em corais;

As espécies biomonitoras (zooplâncton, corais, crustáceos e peixes) e o biomarcador (lipoperoxidação) utilizados têm se mostrado adequados para avaliação e monitoramento do impacto biológico de metais na área estudada. Contaminação de pescados (camarões e peixes), para alguns metais, acima dos limites permitidos pela Resolução nº 42, de 29/08/2013, da Diretoria Colegiada da ANVISA (Normas Mercosul), nos primeiros meses após o rompimento da barragem de rejeitos (janeiro – abril/2016), com redução significativa nos níveis de contaminação durante o período de verão (dezembro/2016), e novo aumento no período de inverno (última expedição realizada – setembro/2017), evidenciando a significativa influência dos eventos meteorológicos associados a este período do ano na região estudada.

Após explanação sobre danos provenientes do evento, rememorou o histórico de criação do CIF, com assinatura do TTAC, e como foram instituídas as Câmaras Técnicas e definidas suas atribuições junto ao TTAC, em agosto de 2016. Em seguida, descreveu as atribuições da CTBIO, em específico nas cláusulas 164 e 165. Reginaldo Nascimento Leal (Advogado procurador da Comissão de Atingidos de Caravelas e Prado), registrou que possui diversos laudos e informações técnicas que gostaria de expor para a avaliação da CT-BIO, João Carlos Alciati Thome agradeceu a contribuição e solicitou que fosse encaminhado por e-mail ctbio.cif@icmbio.gov.br. Por fim, explicou que todos os estudos técnicos foram disponibilizados no *link* enviado na convocação para as demais CTs, possibilitando o debate técnico sobre o tema, e solicitou que Karina Nunes dos Santos (ICMBio) realizasse o compartilhamento no *chat*. Moara Giasson (SECEX/CIF) pontuou que deveria ser observado para que não houvesse documentos de conteúdo restrito nesse *link*, que seriam aqueles documentos preparatórios utilizados para subsídio de defesa para a União. Jadilson Lino De

Oliveira Gomes (Comissão Quilombola de Degredo-ES/CIF), em representação à CT-IPCT, pontou que para contribuir no avanço dos estudos, no caso da CT-IPCT, entende-se ser necessário uma visita no local para o levantamento dos impactos e as necessidades da comunidade, informou que fez o registro das informações e colocou-se à disposição. Alessandra Jardim de Souza, (coordenadora da CT-SHQA), reforçou a importância do compartilhamento das informações da CT-BIO para todas as Câmaras Técnicas terem acesso e dessa forma realizarem os estudos. Thales Altoé, (coordenador da CT-GRSA/IEMA), disse que no âmbito da CT-GRSA, ainda não possui informações concretas uma vez que o plano de manejo de rejeitos do trecho 17 tem a previsão de entrega até 30/05/2023, e ponderou que seria temerário um posicionamento do CIF antes da entrega e análise desse plano. João Carlos Alciati Thome (ICMBio), concordou com as colocações do Thales Altoé (CT-GRSA/IEMA) e acrescentou que a CT-Bio também receberia estudos de consultor sobre definição de Área Ambiental 1 e solicitou para Moara Giasson (SECEX/CIF) informações sobre o prazo para a conclusão de entrega do trabalho da Intercâmaras. Moara Giasson disse que no âmbito do CIF a resposta ao juízo já foi feita baseada nos dados que eram possíveis no momento e o objetivo dessa Intercâmaras é uma resposta ao pleito das comunidades, que se colocam como afetadas, e como a CT-BIO foi a única CT que já havia trazido ao CIF avaliações sobre a possibilidade de efeitos da pluma de rejeitos, a presidência do CIF à época entendeu que a CT-BIO deveria conduzir esse processo. Explicou que o CIF entende que é um processo que demanda tempo para que todas as CTs possam fazer suas avaliações e emitir um parecer ao CIF, citando a CT-OS que de fato verifica toda parte de cadastro, e que neste momento, sem Coordenação, ficaria mais complicado essa análise. Luiz Fernando Prado (coordenador da CT-Saúde) parabenizou João Carlos pelo conteúdo dos estudos apresentados e disse que no âmbito da CT-Saúde ainda não há estudos que abranjam essas localidades, considerando que os temas da CT-Saúde estão judicializados com a Fundação Renova. Contudo, entendemos que as demais câmaras, sobretudo aquelas de caráter ambiental, serão importantes para subsidiar a CT-Saúde com esse conteúdo a partir dos dados levantados nos estudos desta Câmara. Rodrigo Daniel De Magalhaes Gomes Pontes (Fundação Renova), parabenizou João Carlos pela apresentação e minucioso trabalho e agradeceu aos Coordenadores da Intercâmaras pela transparência e o convite à Fundação Renova para participação na reunião, e complementou ainda sobre o histórico de criação do CIF, com assinatura do TTAC, e como foram instituídas as Câmaras Técnicas e definidas suas atribuições junto ao TTAC e falou sobre o posicionamento da Fundação Renova, neste momento sobre o assunto *“A Fundação Renova foi instituída em 2016 a partir de um complexo arranjo de governança envolvendo a mineradora Samarco e suas controladoras (Vale e BHP) e o poder público - União, estados de Minas Gerais e Espírito Santo, autarquias e fundações. A Renova tem como razão de existência lidar com o passivo gerado por um evento traumático de grandes proporções: o rompimento da barragem de Fundão em Mariana/MG ocorrido no dia 5 de novembro de 2015. O seu objetivo é a implementação plena de programas e projetos de reparação total e compensação dos impactos de cunho social, econômico e ambiental, que afetaram as comunidades em região cujos limites se estendem ao longo da calha do Rio Doce, até sua foz no Espírito Santo.”* Dessa forma, nossa área de atuação é a estabelecida no TTAC.

Rodrigo reforçou que quem poderia reconhecer alguma nova região como impactado seriam os signatários (as mineradoras) ou a partir de um debate em outro fórum, sendo ele, de caráter jurídico. Reginaldo Nascimento Leal (Advogado procurador da Comissão de Atingidos de Caravelas e Prado) trouxe ao conhecimento sobre visitas realizadas pela FGV no extremo sul da Bahia fazendo o levantamento das possíveis áreas atingidas nas questões socioeconômicas, impactos na vida dos moradores, sobretudo por aspectos psicológicos. João Carlos Alciati Thome (ICMBio) solicitou que fosse encaminhado o contato da equipe da FGV para a CT-BIO buscar acesso aos laudos e disse que os outros pontos citados pelo Sr. Reginaldo

	<p>se referiam a outras Câmaras Técnicas, como a CT-OS mencionada também pela Sra. Moara Giasson (SECEX/CIF) e considerou que todas as outras Câmaras Técnicas possuem representantes presentes na reunião e elas ouviram o relato feito por ele e analisarão as informações. João Paste, coordenador da CT-PDCS), replicando a fala da coordenação da CT-SAUDE, também parabenizou João Carlos pelo conteúdo dos estudos apresentados e disse que no âmbito da CT-PDCS, ainda não há estudos que abranjam essas localidades no momento, contudo, caso hajanecessidade de análise para o ingresso nos programas, os estudos poderão ser feitos posteriormente. A coordenadora da CT- ECLET, Anna Tristão, no momento se absteve de uma posição oficial, devido a Câmara a qual representa ser uma câmara socio-econômica, desta forma é necessário que as câmaras ambientais forneçam os subsídios para nossa análise. Thiago Lopes (Advogado procurador da comissão de atingidos de Caravelas) questionou sobre o Ofício nº 80 da CT-BIO. João Carlos respondeu que ele será levado em consideração na construção da Nota Técnica. Jânio Oliveira Coutinho (SECEX/CIF) disse que, no âmbito CIF, acredita que toda essa construção de um documento e levantamento de dados já é um caminho. Enéas Filho (Conceição da Barra) falou como pescador e representante dos atingidos de uma área reconhecida pela Deliberação nº 58 e relatou sobre todas as dificuldades e desafios semelhantes para o reconhecimento do sul da Bahia. Reginaldo Nascimento Leal (Advogado procurador da Comissão de Atingidos de Caravelas e Prado) citou laudos e documentos que constam no processo que acredita serem definitivos para a análise das CTs e vai encaminhá-los por e-mail. Gabriela Queiroz Barros (Advogada procuradora da comissão de Atingidos de Caravelas e Nova Viçosa) agradeceu a oportunidade da intercâmaras e do caminho que foi aberto pelo João Carlos Thomé, Moara Giasson e Thiago Carion.</p>
<p>Encaminhamento:</p>	<p>Cada Câmara Técnica deverá analisar individualmente relatórios, estudos e documentos fornecidos a partir da intercâmaras, para uma construção conjunta de uma Nota Técnica em resposta ao CIF. Prazo: Inderminado.</p>

Ao fim do pontos de pauta e discussões, o coordenador do grupo, o Sr. João Carlos Alciati Thome (ICMBio), agradeceu a presença de todos e, às doze horas e vinte e seis minutos, do dia dezesseis de março de dois mil e vinte e três, deu a reunião por encerrada.

*** Ata aprovada durante a 76ª Reunião Ordinária da CT-Bio e pela CT-GRSA através de e-mail.**